



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A SEGURANÇA NAS
ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO ESTADO

EM: 20.05.2019

INÍCIO: 15h39min

PRESIDENTES: SR. ANDERSON PEREIRA

SR. JAIR MONTES

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes e Deputado Anderson Pereira, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre a Segurança nas Escolas Públicas Municipais e Estaduais no Estado de Rondônia e o Retorno dos Vigilantes para garantir maior segurança à comunidade escolar e a preservação do patrimônio público.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, senhor Anderson Pereira, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública. Senhor Jair Montes, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública. Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação; senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC; Capitã PM Michelly da Silva Mendes, representando o Comando Geral da Polícia Militar; senhor Vereador Edwilson Negreiros, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Velho; senhor Agenor Fernandes de Souza, representando o Conselho Estadual de Educação; senhora Judith dos Santos, representando o Conselho Municipal de Educação; senhor Cícero Cavalcante, Delegado do 8º DP; senhor Paulo Tico Floresta, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia - SINTESV; senhor Francisco Fonseca, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia - SINDESP; senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia; senhora Gláucia Negreiros, Secretária Adjunta da SEMED.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - A Presidente do Sintero também, para compor aqui com a gente à Mesa, a senhora Lionilda, uma falha aqui do Cerimonial, mas, já corrigida.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre Segurança nas Escolas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia em torno dos Vigilantes para garantir a maior segurança à comunidade escolar e a prevenção do patrimônio público. Boa tarde a todos.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Pedimos àqueles que puderem para que se coloquem em pé, ouviremos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Estejam todos à vontade. Registramos e agradecemos com grande alegria a presença dos membros do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia - SINTESV, nossa reverência aos senhores; Dr. Caetano Neto, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos da Cidadania. Doutor Caetano, os nossos cumprimentos, em seu nome, a todos os membros da OAB que nos honram que a presença. Senhor Tadeu Bancalari, Delegado de Polícia Civil, a nossa saudação. Nós agradecemos a presença dos estudantes e integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Castelo Branco. Muito obrigado pela presença dos jovens estudantes. Senhor Joelson Chaves de Queiróz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia, nós queremos deixar a nossa reverência pela presença do senhor. Chagas Peres, que representa a Companhia de Dança Chagas Peres, muito obrigado pela presença. Senhor Deputado, com a palavra.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Mais uma vez uma boa-tarde a todos. Dou meus cumprimentos aqui ao nobre companheiro Deputado Jair Montes, que juntos estamos aí nessa batalha. Eu na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa e o Deputado Jair Montes, como um dos representantes da categoria aqui nesta Casa, sendo a

voz de vocês, assim como a gente tem feito juntos, atuando juntos e uma coisa que eu sempre falo, política não se faz sozinho, política é em conjunto. A gente precisa de todos os atores, sindicatos, o Governo do Estado, do Ministério Público, Judiciário, juntos com a gente, ombreados nessa batalha para que a gente possa oferecer para as nossas escolas mais segurança, tanto patrimonial, como segurança também para os nossos jovens e adolescentes que estão se perdendo aí nesse mundo do crime. E quanto mais a gente vê noticiários e dados estatísticos de venda de drogas dentro de escolas, de atuação do crime organizado dentro das escolas, quanto menor o jovem, melhor para o crime organizado. Isso nos preocupa porque eu tenho certeza que nenhum pai, nenhuma mãe manda um filho para escola para ele sair da escola e se tornar um delinquente. Pelo contrário, ele manda o filho para lá para ter um futuro, o melhor futuro possível.

Então, preocupados com isso, nós sabemos que o contexto da educação vai além da segurança, a segurança é um processo que nem deveria estar sendo discutido no âmbito escolar, mas, infelizmente, com o avanço da criminalidade, a gente precisa discutir e debater e tentar melhorar e tentar oferecer mais segurança.

Então, nós, junto com o Deputado Jair Montes, abrimos essa discussão. Já temos conhecimento e já foi discutido no âmbito da Comissão de Segurança Pública os planejamentos por parte do novo Governo que está iniciando agora. Vale ressaltar isso, que o Governo está começando agora, nós estamos no 4º, indo para o 5º mês de mandato do Governador, mas a sua equipe e o Secretário, já até parabênizo, a primeira minha visita ao Secretário de Educação que está aqui, ele já falou desse planejamento, dessa organização e isso me chamou atenção.

Por isso que a gente está começando esse debate agora, no momento de discussão do PPA, no momento de planejar o que há de bom para o nosso Estado durante esses 04 anos. E eu quero o melhor para o nosso Estado e como todos que estão aqui querem o melhor.

Então, assim, sintam-se todos cumprimentados e cumprimento aqui às mulheres presentes, em nome da nossa Lionilda, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado de Rondônia, o Sintero, e assim todos os presentes estejam cumprimentados aqui, todos os vigilantes, os representantes da categoria, as pessoas que têm acompanhado esse processo, os pais, alunos, todos que acompanham os vigilantes de dentro das escolas, até o momento atual que se encontram as escolas.

Eu mesmo, sábado retrasado eu estava lá em Candeias do Jamari, entregando uma emenda. Infelizmente eu tive que fazer isso porque a escola foi saqueada, foram furtados 4 ares-condicionados, eu fui, mandei a emenda para poder substituir o que foi roubado. Eu poderia estar mandando essa emenda para outra finalidade, necessidade da escola. Eu fui lá, fiz a entrega dos materiais, substituindo os furtados da escola porque o monitoramento não funcionou para inibir esse tipo de prática dentro das escolas. E se Deus quiser, hoje, nós vamos sair com um melhor encaminhamento. E aqui exercendo o nosso papel como Presidente da Comissão de Segurança, eu quero passar aqui a condução dos trabalhos ao Deputado Jair Montes, que é um dos brigadores e a voz de vocês dentro desta Casa, para estar conduzindo toda essa discussão, esse debate. Nós estamos à disposição para discutirmos juntos.

(Às 15 horas e 51 minutos o senhor Anderson Pereira passa a presidência ao senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Para mim é motivo de muita alegria e também de muita emoção estar aqui. Hoje pela manhã já presidimos uma Audiência Pública relacionada à cultura do nosso Estado, e mais precisamente o Flor do Maracujá e, graças a Deus, tanto a Federação quando a Secretaria, chegamos aqui, vamos montar uma comissão mista para segunda-feira, nós tratarmos diretamente sobre o Flor do Maracujá.

E agora, Deputado Anderson, muito obrigado Deputado Anderson, Presidente da Comissão de Segurança Pública. E a gente, quando chegou a esta Casa, cheguei com essa bandeira, a bandeira de retorno dos vigilantes nas escolas estaduais. E nós estamos aqui porque conseguimos uma grande vitória, que eu estou com a Secretária Adjunta da Secretaria de Educação Municipal e, naquele momento, o Prefeito de Porto Velho também pensava a mesma coisa que o Governo passado, pensou em retirar todos os vigilantes das escolas e colocar câmara de monitoramento. E nós fizemos uma luta na de Câmara de Vereadores. Fiz uma Lei que é inconstitucional, mas, graças a Deus, até hoje o Prefeito não entrou com ADIN, a Lei está lá, proibindo a retirada dos vigilantes das instituições do município, vigilantes armados. E nós conseguimos essa a vitória e a empresa está com um ano, vai renovar agora, já renovou para mais um ano e, graças a Deus, furto nas escolas municipais é zero, praticamente zero.

Então, graças porque nós temos ali um profissional trabalhando e a gente está vendo aí nos noticiários

nacionais o que está acontecendo. Infelizmente, hoje, os nossos professores que já, por natureza são os que mais sofrem também, tanto com salário, o local de trabalho e agora sofrendo com as ameaças dentro da sala de aula. Então está ficando complicado. E muitas vezes, nós estamos mais preocupados com patrimônio. Eu falo o seguinte: a nossa preocupação tem que ser com ser humano, o mais importante de tudo é o ser humano. Patrimônio até que repõe, mas o ser humano não tem condição de repor.

Então, Deputado Anderson, muito obrigado. E, em nome da minha filha Larissa Montes e meu filho Jairzinho que estão aqui, muito obrigado por vocês estarem aqui. Em nome do Paulo Tico, Presidente Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia, eu quero aqui parabenizar todos os vigilantes estão aqui conosco, todos. Vocês são guerreiros, vocês são guerreiros.

E a gente, Deputado Anderson, nós estamos aqui com Delegados, nós temos aqui policiais militares, professores, o Secretário de Educação do Estado, que possamos sair daqui com direcionamento, um encaminhamento para que possamos Secretário, encontrar o melhor caminho.

Nós sabemos que no passado foi uma briga política que terminou com os contratos dos vigilantes, e sabemos que muitas vezes é caro, não é barato. Buscar dinheiro onde? Mas nós vamos buscar aqui uma solução para que nós possamos pelo menos amenizar as escolas, que têm sofrido muito hoje com o vandalismo, com os furtos. Nós passamos dar encaminhamento para que possamos retornar os vigilantes em todo Estado, em todas as escolas do Estado. Se não for em todas, mas pelo menos na grande maioria do nosso Estado de Rondônia, está certo?

Deputado Anderson, então, vamos, nós vamos fazer como fizemos pela manhã, Deputado Anderson. O nosso Cerimonial cadê ele? Cerimonial, por favor. Jane, faz favor. Então, nós vamos, nós vamos abrir a Mesa, vamos abrir aí umas cinco do auditório, abrir também para as pessoas que estão aqui, no máximo, está certo? No máximo aí de três a cinco minutos para também não ficar muito alugado. Eu vou chamar um daqui, chamo um daí, está certo assim?

Com a palavra, senhora Lionilda Simão, Presidente do Sintero, a primeira a abrir, a nossa Presidente do Sintero. Se preferir usar a tribuna, fique à vontade. Professora é o que fala, não é? Os últimos serão os primeiros, então, parabéns.

A SRA. LIONILDA SIMÃO - Boa tarde. Boa tarde a todas e todos aqui presentes. Falar sobre a segurança nas escolas é um assunto que nos preocupa muito. O Sintero, ao longo dos últimos anos, tem tentado fomentar essa discussão com o Estado de Rondônia, porque, o que nós observamos que essa situação vai além da depredação. A depredação é algo que está insustentável! Nós tivemos aqui exemplos de escolas que passaram por furtos, por depredação, tiveram escolas que aconteceram no mínimo 20 vezes, 23 vezes. Então, assim, gente, diante de um cenário desses, o que nós, enquanto entidade sindical, não entende é porque o Estado de Rondônia ainda não tomou providências.

Fora nessa questão da depredação, nós precisamos falar sobre a questão da segurança. Porque hoje, nós enquanto trabalhadores e os nossos estudantes não têm segurança dentro das escolas. Eu vou relatar um caso recente, muito recente, onde o automóvel do servidor, do professor, com toda dificuldade que adquiriu. Hoje vocês sabem o quanto o

profissional em educação sofre por uma desvalorização, com muita dificuldade adquiriu o seu transporte e deixa de frente à escola, porque dentro da escola não comporta. E o carro do servidor foi incendiado. Eu estou dando este exemplo, fora outros tipos de violência que acontecem. Mas como a Audiência hoje não é para falar sobre a violência contra o trabalhador em Educação, eu vou só me posicionar no sentido de que nós estamos tendo prejuízos. Prejuízos materiais, além do prejuízo que muitas vezes nós sofremos com a violência, o trabalhador em educação sofre violência na escola.

Então, o que nós observamos que tem que haver é uma política de Estado. Uma política de Estado para resolver a questão da segurança como um todo e, principalmente, no que diz respeito à Educação.

Agora nós temos muitas preocupações sobre isso. Nós temos muitas preocupações. Porque enquanto Sintero, na nossa avaliação, quando é que realmente a segurança nas escolas funcionou? Quando havia um concurso para vigilância nas escolas, então, naquele momento, naquele período, nós não observávamos o que vemos hoje, no que diz respeito à depredação e tudo mais que diz respeito à segurança nas escolas. Então, não acontecia.

O Governo da época do Cassol, o Governo Cassol optou em fazer algo diferente, que foi fazer o contrato através de empresas terceirizadas. E por isso a gente precisa relatar isso aqui, precisa falar, e nós precisamos estar de olho nisso. Porque o que se observou na época que foi contratada a empresa terceirizada, que os cofres públicos foram onerados. Então se pagou três, quatro vezes mais para a empresa do que se pagava antes para um vigilante nas escolas.

Então eu quero dizer com essa fala aqui, que seja qualquer decisão tomada, nós enquanto Sindicato, vamos estar acompanhando. Porque nós enquanto sociedade, enquanto classe que defendemos os trabalhadores, nós temos que cuidar para que o Estado não faça essa política de privilegiar empresas que principalmente estão na mão de políticos. Então, nós precisamos acompanhar isso para que o Estado de Rondônia não seja saqueado, na minha avaliação, saqueado, porque é uma política que onera os cofres públicos. Então a alternativa que vai se construir aqui tem que ser no sentido de não onerar o Estado.

Quero dizer que ao longo de todos esses anos, em que se optou no último Governo em nós termos a segurança vigiada, a segurança que aconteceu através do monitoramento, nós tivemos sérios problemas. E a gente também, principalmente, precisa discutir sobre isso. Por quê? Porque o que achou o Estado, o que o Estado entendeu que iria colocar segurança monitorada na escola e não se preocupar com a segurança que nós temos que ter segurança pública, fora do espaço escolar.

Então, diante disso, nós observamos que o sistema não deu certo. Porque segurança gente é um conjunto de medidas. A segurança monitorada poderia ter dado certo, sim, se nós estivéssemos na segurança do Estado funcionando, a segurança pública que protege o cidadão, que protege o patrimônio público. Então neste sentido não tinha como dar. Então é uma série de medidas que tem que ser tomada, para que realmente o Estado de Rondônia resolva o problema de segurança nas escolas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a sua fala, professora.

A SRA. LIONILDA SIMÃO - Nós queremos dizer, e parabenizar, toda a Mesa. Desculpe que eu não cumprimentei a Mesa. Parabéns, Deputado Anderson; parabéns aos demais Membros da Mesa. Eu estou citando o Deputado Anderson porque ele é o Presidente da Comissão. Parabéns pela iniciativa.

Quero dizer que nós estamos abertos para essa discussão. E que nós, enquanto instituição, defendemos o trabalhador, iremos acompanhar as medidas tomadas aqui, mas no sentido de preservar a situação financeira do Estado para que realmente, novamente os cofres do Estado não sejam onerados com contratação de empresas terceirizadas. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra tempo de 03 a 05 minutos, o senhor Eli Ferreira, Presidente da Associação AMUR, Associação de Moradores que Habitam na Zona Leste Rural de Porto Velho.

O SR. ELI FERREIRA - Boa tarde a todos. Boa tarde ao Deputado Anderson; em nome do Deputado Jair Montes cumprimento todos da galeria e os integrantes da Mesa. Presidente da Associação a AMUR, Associação de Moradores que Habitam na Zona Urbana e Rural da Zona Leste de Porto Velho.

Segurança Pública, segurança nas escolas, o tema hoje é de grande importância. Eu moro no bairro Marcos Freire e pudemos vivenciar ali na Escola Jorge Teixeira, 17 furtos. E não é pequeno não, não é de caneta não, é de ar-condicionado, é de projetores. E como cidadão eu vejo o

nosso dinheiro indo ao ralo. E quem assume toda essa dívida é o contribuinte, quem vai pagar esse ar-condicionado, essa reposição é o contribuinte. E quando se fala em segurança pública nas escolas, a gente fala da volta dos vigilantes, não é outra coisa. Porque vigilante não protege o cidadão, é patrimônio público, que aí já causa, traz uma insegurança para quem está administrando a escola, que é a diretoria, traz uma insegurança para diretoria. Nós estivemos ali junto com a Comissão de Justiça e Paz na Igreja Católica Santa Edwiges, uma reunião justamente para debater sobre a volta dos alunos que, com certeza, vai chegar aqui nesta Casa, é um pedido também para o retorno dos vigilantes. E nós discutimos ali a insegurança que os diretores e que os alunos estão passando. A Escola Paulo Leal, agora, foi furtada, bagunçaram tudo lá está aí na mídia.

E a gente vê as discussões, agora a pouco eu vi o Deputado Jair Monte falando que foi, lá atrás, uma briga política e que trouxe prejuízo para toda a população. Hoje nós temos pai de família que estão desempregados, eu sou vigilante também, sou da categoria, trabalhei por 06 anos na empresa, numa determinada empresa, exerci no João Paulo II. Quero cumprimentar, acabei de ver ali o Padre, está ali o Padre que é Presidente, não é Padre? Faz parte da Comissão de Justiça e Paz, não é? Está ali, ele mesmo foi que conduziu a reunião que foi a volta dos vigilantes. Então, eu quero cumprimentar o Padre em nome aí do Deputado Jair Montes. E é isso, falar de Segurança Pública, falar do retorno dos vigilantes. Eu apoio, a Associação AMUR apoia. E a gente quer isso, a gente quer a segurança tanto da escola, porque o dinheiro público, o nosso dinheiro está indo de ralo, quando é furtado um ar-condicionado, um projetor, é o nosso dinheiro que está indo de ralo. E é isso que nós queremos, que essa briga política acabe, que esse favorecimento de empresa acabe e que o pai de família

volte ao seu trabalho, e que volte a segurança, e a paz reine dentro das escolas. Porque hoje nós abrimos brecha com essa briga política, nós abrimos brechas para que a droga seja comercializada dentro das escolas, para que o marginal entre dentro da escola e comece a criar soldados para a criminalidade. E é isso que nós não podemos mais aceitar, está certo?

Então, essa é minha fala, Presidente. Quero aqui deixar registrado que eu sou a favor do retorno dos vigilantes para as escolas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra, senhora Gláucia Negreiros, Secretária Adjunta da Semed. Secretária, até 05 minutos. Nós temos aí o Cerimonial nosso passando aí.

A SRA. GLÁUCIA NEGREIROS - Boa tarde a todos os presentes, cumprimentar o proponente, os proponentes desta Audiência Pública e parabenizá-los, Deputado Anderson e Deputado Jair Montes; cumprimentar em nome do Secretário de Estado da Educação, cumprimentar os demais membros da Mesa e em nome da Professora Rosalina Diniz, que se encontra no plenário, cumprimento todos os presentes.

Bem, eu represento aqui o Secretário Municipal de Educação, o Professor Márcio Félix, que não pôde estar presente por conta de uma agenda. É, realmente, discutir Segurança Pública e discutir segurança nas escolas, prioritariamente nas escolas públicas, é uma situação que realmente precisamos reunir todas as instituições interessadas, porque a situação em Porto Velho torna-se crítica. A cada semana, pelo menos duas escolas municipais de Porto Velho são assaltadas e vítimas de violência.

Então, assim, é o que foi colocado anteriormente, todos os dias, a cada hora, hoje mesmo a gente recebeu a notícia da escola lá no bairro Mocambo, a Escola de Educação Infantil que foi assaltada e assim, quebram-se o patrimônio escolar, levam-se os materiais e a gente fica em toda essa situação.

O município de Porto Velho hoje, do nosso orçamento de R\$ 356 milhões, R\$ 20 milhões é destinado para contratação de empresa de vigilância. Temos hoje 139 escolas, mas infelizmente só 100 pontos de vigilância, justamente, por conta que é uma aquisição cara para o município e para Secretaria de Educação.

Entretanto, só vigilantes, apesar de serem extremamente profissionais dentro das nossas escolas e que, inclusive, a gente acaba tendo vínculo com eles dentro da própria escola, dentro da Secretaria, porque são pessoas realmente muito profissionais, só que só os vigilantes armados não inibem a violência. O que precisamos discutir nesta Audiência é segurança pública, precisamos discutir. Já fizemos no ano passado uma reunião para discutir isso, para fazer com que a Polícia Militar retorne com o trabalho de itinerância nas escolas, de patrulha escolar para que esses vigilantes que estão nas escolas também tenham segurança de trabalho. Porque hoje, da forma que estamos até o vigilante está correndo muito risco. Desses assaltos que acontecem semanalmente nas escolas municipais, a principal tentativa do assaltante é levar a arma do vigilante e infelizmente, muitas vezes, eles estão garantindo êxito nessa situação, levam a arma, trocam tiros dentro da escola.

No ano passado na escola, no Marcos Freire, Fernando Escariz, uma escola de educação infantil que atende crianças a partir de 3 anos, houve troca de tiros. Participamos de uma reunião com alguns diretores da zona

leste e eles nos pediram, e até abismem! Eles pediram para que se retirassem a vigilância dentro das nossas escolas, por quê? Por que o bandido vai lá para pegar a arma, infelizmente, na maioria das vezes.

E assim, fizemos uma reunião, fizemos uma ata, porque assim a Semed teria uma responsabilidade muito grande de retirar aquele vigilante e acontecer algo grave na escola. Fizemos uma ata, duas escolas que estavam presentes assinaram, Fernando Escariz e a Escola Eduardo Valverde pediram a retirada dos vigilantes, retiramos os vigilantes. Entretanto, depois a Eduardo Valverde pediu para retornar porque sentiu realmente o receio da problemática e da situação grave que é a zona leste de Porto Velho. Mas a Fernando Escariz realmente pediu para retirar ou se deixarmos teria que ser uma vigilância não armada, porque a gente tem os dois tipos de contratos, a vigilância armada e a não armada.

Então, assim, precisamos da segurança nas escolas? Precisamos. Utilizamos o orçamento para isso, quase R\$ 20 milhões da Secretaria de Educação? Temos. Temos hoje 100 postos e realmente bem cuidados e bem zelados, a gente parabeniza os sindicatos e os profissionais. Mas precisamos acima de tudo garantir a segurança da população, a segurança dos vigilantes, dos alunos, precisamos de segurança pública. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente)- Com a palavra o senhor Dário Pavides, representando os gestores de segurança privada.

O SR. DÁRIO PAVIDES - Boa tarde a todos. Primeiramente quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Anderson e em nome do Deputado Jair Montes cumprimento os demais componentes da Mesa; em nome do gestor Tarcísio, eu cumprimento a todos do plenário.

Para quem não me conhece, meu nome é Dário Pavides, sou gestor de Segurança Privada, formado pela Faculdade Metropolitana no ano de 2017, aqui eu queria mostrar aos presentes um plano estratégico de segurança patrimonial que eu e o gestor Tarcísio fizemos baseado em dados fictícios porque não tivemos êxito em informações. Foi feito um estudo de caso na Escola Estadual Flora Calheiros, inclusive hoje essa escola não teve aula devido a furtos.

O que eu falo ao senhor Presidente, a segurança privada vai além de colocar um vigilante no posto, por que eu falo isso para vocês? Ele tem que ter condições de trabalho. Como assim que eu falo? Na Escola Flora Calheiros, é uma escola aproximadamente com mais de 10 mil metros quadrados, hoje eu pergunto aqui às autoridades presentes, em especial ao Secretário Suamy, qual é o planejamento que a Seduc faz do quantitativo de vigilantes por escola, é baseado em quê? Por que eu falo isso? Porque a Escola Flora Calheiros é uma escola muito ampla em tamanho. Então têm muitas situações que poderemos resolver não só com o posto de vigilância, mas há sim a necessidade. Um exemplo é a Escola Estudo e Trabalho, desde o ano de 2016, essa escola não registra nenhum furto, por quê? O Diretor daquela escola comprou com o orçamento da escola, concertina e colocou no âmbito da escola. Só que é uma escola que tem menos de 1.000 metros quadrados. Então, ele aumentou o muro em alguns lugares e colocou concertina. Então, foi uma barreira física que foi usada, que já evita a questão do furto.

Então, hoje eu falo ao senhor deputado, Vossa Excelência, Deputado Anderson, que essa Comissão, eu não tenho nem essa autoridade de falar assim, não sei se o senhor vai entender dessa maneira que eu vou dizer, mas, assim, de fazer alguma visita em algumas escolas, porque muitas pessoas conhecem no papel, mas não conhecem na prática. A escola que é próxima da minha casa, que é a escola, ali na Rafael Vaz e Silva, é a Rio Branco. A Escola Rio Branco parece uma floresta Amazônica, tem árvores ali com mais de 20 anos plantadas, ela tem toda estrutura de colocar iluminação, só que têm postes que estão escondidos dentro das árvores.

Então, eu falo ao senhor Presidente da Comissão e a Vossa Excelência, Deputado Jair Montes, que poderia ser feito parcerias, eu sugiro aqui a essa Comissão, que eu até coloquei no estudo, eu queria que Vossa Excelência depois olhasse com carinho, Deputado Anderson, e até eu explicava também com mais tempo a Vossa Excelência, que poderia ser feito parcerias com quem? Com o Exército Brasileiro, com a Sedam, com a Sema. Fazer podas de árvores, fazer parceria com a Emdur para colocar iluminação. Isso vai ter custo para o Estado? Muitas coisas não. Por quê? Se nós envolvermos o Exército e a Sema não vai ter custo, eles podem entrar com a parceria, pode chamar mais órgãos, fazer o quê? Podas de árvore, iluminação, colocar concertina. Eu, como Gestor de Segurança Privada eu me disponibilizo a ajudar este Estado, na minha maneira de enxergar o objetivo a ser implantado para melhorar a segurança. Têm outros gestores aqui também, tem o Valdinei, tem o Tarcísio que pode também ajudar por que deputados? Porque não é só colocar o posto, é muito importante sim, o posto de vigilância. Eu defendo aqui com unhas e dentes que tem que ter a vigilância e essa vigilância eletrônica que já existe pode ser compartilhada, por quê? O vigilante ele vai olhar

a câmera, vai filmar, o vigilante pode estar no local reservado e ele vai olhar no monitor. Então, as câmeras são muito uteis sim, mas não é suficiente para resolver.

Então aqui, para finalizar as minhas palavras, eu deixo aqui registrado e eu estou à disposição. Neste Estado, nesta cidade existe mão de obra, eu creio que a SEDUC, pelos gestores formados, que eu sou da 2ª turma, a SEDUC não compõe na Comissão dela Gestor de Segurança Privada, não desmerecendo nenhuma profissão, mas cada um com o seu conhecimento; Professor, com o seu conhecimento; Administrador, com o seu conhecimento e Gestor com o seu conhecimento. Então, nessa Comissão tem que ser incluído o Gestor de Segurança Privada, porque muitas coisas do nosso conhecimento, de formação acadêmica, aqui não é conversa fiada não, é formação acadêmica, eu tenho saber no que eu estou falando. Então...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Dário, conclua suas palavras.

O SR. DÁRIO PAVIDES - Essa Comissão poderia colocar o Gestor de Segurança Privada para nos auxiliar nessa demanda. Meu obrigado a todos e boa tarde.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Para fazer uso da palavra o senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia - SINPROF.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ - Boa tarde. Quero agradecer a Deus este momento de estar aqui com vocês,

agradecer ao Presidente, ao Deputado Anderson e demais presentes; a minha camarada Lionilda, Presidente do Sintero, e em nome de todas as mulheres presentes, faço essa homenagem.

E eu gostaria de colocar para os senhores que no final de 2012 inicia-se uma grande tragédia na Educação com a retirada da vigilância física nas escolas. Sabemos que o vigilante estava ali para tomar conta do patrimônio, mas inibia, inibia que pessoas alheias ao nosso meio adentrassem a escola, certo?

O vigilante era uma pessoa que no dia adia fechava escola, abria escola, ligava a água, desligava, eram coisas que não era da alçada dele e ele fazia. Numa semana fomos chamados, eu digo com conhecimento, eu era Diretor de escola, eu era diretor da Escola Eloísa Bentes Ramos, fiquei lá quatro anos, dormi na escola 4 meses só para provar que não precisava de ter ninguém com arma na escola, mas tivesse alguém olhando ali para o monitor que eu ia para a escola, eu não ia dormir, eu não ia para vigiar, eu ia para dormir. Mas na escola, um barulho diferente, você acorda e olha, está ali o cara pulando o muro e você ligava para a Polícia, certo?

Infelizmente, foi tomada essa decisão extremamente equivocada. Dizia-se na época que era para economizar, sobrar dinheiro para pagar melhor o servidor público. Eu pergunto, aonde foi essa economia? Para onde foi essa economia?

E outra coisa, foi uma atitude desumana, desumana, porque pais de famílias perderam o seu emprego em pleno final de ano. Não se brinca com seres humanos. Como é que o Estado quer crescer se em vez de gerar emprego ele demite? Não é isso? Tudo bem, o contrato era caro. Sabemos. Era

caríssimo, porque existia ali 10% para um e para outro que a gente não pode acusar porque a gente não tem prova, mas eraíssimo, realmente. Mas nós demos a sugestão na época, "deixe a vigilância sábado, domingo, feriado e à noite", porque é no momento que a escola está sem ninguém e quem rouba nossas escolas? Nossos alunos. Infelizmente, nós temos o problema gravíssimo que se chama droga. A maldita da droga faz com que eles entrem a escola e levem o equipamento, troque, vende, etc., etc.

Então, nós vivemos desde 2012 essa tragédia. Falamos, eu era um dos diretores que divulgava e publicava todo arrombamento na escola, mas eu era, de certa forma, ameaçado para não divulgar porque era melhor deixar de baixo do tapete sem tomar conhecimento do que colocar em público. Lamentamos muito essa atitude porque não houve um planejamento, na época a gente retirou a vigilância, não se planejou nada. A escola próxima às bocas de fumo; não se preparou, equipou a Polícia, porque você não pode culpar a Polícia, porque você aumentou o quê? O contingente de assaltos nas escolas. Ora, se a Polícia já não tinha um investimento necessário na Segurança Pública, como é que nós vamos culpar a Polícia?

Então é isso o que a gente precisa, é ser racional. Precisamos de segurança pública, precisamos investir na Polícia. Precisamos cuidar das nossas crianças, elas estão se drogando, estão elas mesmas, porque o sistema de monitoramento sozinho não resolve, se não tiver alguém olhando ali, não vai resolver, porque eles dentro das escolas, eles são inteligentes para isso. Olham onde está a câmera, olham onde está o sensor, olham onde está não sei o que, e de noite eles vão lá.

E o que nós estamos fazendo para recuperar essas pessoas? Certa vez eu recebi um convite do Deputado

Anderson, lá na outra, antiga Assembleia Legislativa, a gente tratando sobre a indisciplina na escola, essas coisas todas. E eu falei o seguinte, vou repetir aqui e eu gostaria até que as pessoas compreendam o que eu quero dizer. Não existe lei que ampare, mas se nós queremos cuidar das crianças, se nós queremos ter um povo saudável, eu sugeri o seguinte: por que a gente não faz, no ato da matrícula, o pai, a mãe deveria apresentar no ato da matrícula o exame de sangue, fezes e urina e o toxicológico? Se a gente quer cuidar bem das crianças, por que não? Certo?

Então, veja bem, quando se retirou a questão da vigilância, era para se fazer uma economia...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a sua fala, Joelson.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ - Certo. Então, que economia foi essa, se teve um prejuízo sem precedente. Disseram que iam repor os equipamentos, eu fui diretor 04 anos na Escola Eloisa Bentes Ramos, eu tive uma reposição porque eu fui ao Ministério Público e denunciei porque roubaram a bomba do poço artesiano.

Então, eu acho que é razoável a discussão, é preciso que a gente chegue a um consenso, precisamos gerar emprego, não tirar emprego. Agora, é preciso realmente que a gente tenha as condições de que o Estado seja, a questão das despesas do Estado, mas é preciso, é necessário que se retome as vigilâncias nas escolas. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Na questão da economia, nós temos que perguntar para o bom velhinho, não é? O homem da cooperação que já foi; o que ele fez com esse dinheiro que foi tirado dos vigilantes das escolas.

Com a palavra, senhora Dioneida, Secretária Geral do Sintero, de três a cinco minutos. Colabore conosco todos, senão vamos sair daqui meia noite.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Boa tarde aos senhores e senhoras da Mesa; boa tarde ao plenário. Sou Dioneida Castoldi, professora do Estado de Rondônia por 27 anos.

Então, nós também podemos falar disso com muita tranquilidade. Estamos falando aqui hoje de três pontos: segurança nas escolas, concurso público, segurança pública, concurso público e também do que nós queremos para o nosso futuro.

Quando falamos de segurança nas escolas, não adianta colocar guardas armados, não adianta colocar grades, não adianta colocar cadeados, não adianta colocar câmeras de monitoramento. Por quê? Porque a escola é reflexo da sociedade. A escola tem dentro do seu pátio, dentro do quadro, alunos provenientes de uma sociedade que hoje está doente. A única saída para recuperarmos isso, é investir em educação. O país que não investe em educação, investe em presídios. Um país que não investe em educação, tem que construir hospital, tem que existir doença, que não tem nada, não tem planejamento.

Então, nesta tarde de hoje, eu acho que nós temos que nos debruçar em planejamento de uma política de segurança pública. Guarda na escola, na vai resolver. Os nossos

alunos são frutos de uma sociedade que está aí, com dificuldades de ter vida em sociedade.

Queremos seguranças nas escolas? Queremos, necessitamos. Para isso, precisamos investir em políticas públicas de qualidade. Não adianta guarda nas escolas, é paliativo. E o nosso pensamento como professora, como servidora pública e hoje Secretária do Sintero é que a porta do serviço público é um concurso, a porta do serviço público só tem uma, chamada 'concurso'. Nós somos totalmente contra a qualquer situação de pessoas dentro do serviço público que não sejam através de um concurso. Esse é o nosso posicionamento como trabalhadora em educação e como sindicato também. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra o senhor Francisco Fonseca, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia - SIDESP, por até cinco minutos.

O SR. FRANCISCO FONSECA - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Anderson; boa tarde, Deputado Jair; boa tarde, Secretário da Educação, em nome do qual, eu cumprimento a todos os professores e a todos os presentes.

Eu ouvi atento a algumas falas, eu preciso registrar aqui que o setor de segurança privada hoje. Ele tem 600 mil trabalhadores, e nós recolhemos hoje só para o Sistema S, quase R\$ 400 milhões, isso investido em segurança, investido em treinamento, em lazer.

Eu queria registrar aqui também que referente do que foi dito aqui também o setor de vigilância tem contratos. Esses contratos têm base em tabelas feitas pelo Ministério

de Planejamento Orçamento e Gestão, é está disponível para todos.

O empresário de setor de segurança quando emite uma nota, vou citar um exemplo, uma nota de R\$ 100 mil, ele já tem retido na fonte trinta e seis por determinação da CNJ, é retido 11% para o INSS; retido 5% para ISS; 4.8% para Imposto de Renda Pessoa Jurídica; 3%, para COFINS; 2.88% para contribuição social sobre o lucro líquido e mais 0.65% para PIS. Então, vejam o tamanho do recolhimento que é feito em cima do setor de serviços.

Agora, vamos falar também de segurança. Eu ouvi falar aqui de concurso, importante; falar de..., talvez não resolva o problema. Eu vou falar para vocês professores presentes que o Estado de Rondônia tem bons vigilantes, tem pessoas altamente qualificadas. Talvez a formatação da contratação precise de um ajuste, nós entendemos que sim. Mas eu posso falar para vocês com precisão, porque também trabalho, independente de ser Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Vice-Presidente da Federação Nacional da Região Norte, eu posso afirmar para vocês que trabalhando para a empresa que alguns Estados e países, ela tem até duzentos mil clientes de segurança eletrônica, ela por si só, ela não resolve o problema.

Em 2012, em uma Audiência no Ministério Público, eu falei que o Estado cometia um grande erro, por quê? O que foi dito aqui sobre as nossas crianças, a doença, isso é consequência. O vigilante faz segurança preventiva, e a segurança preventiva evita que se gaste depois com presídio, evita que o desgaste terrível, evita o custo excessivo, que é o custo psicológico do pai que não sabe o que fazer quando o filho é agredido. E para o professor isso é terrível. Eu imagino o quanto deve ser difícil o professor conviver com aluno, que ele sabe que se ele

reclamar, ele pode ser retalhado depois. Todos conhecem os delinquentes e isso eu acho que não tem dúvida quanto a isso.

Eu respeito a cada um, respeito a todas as ideias, mas é preciso que aqui fique claro a importância que tem a segurança privada, o quanto ela contribui em impostos nos três níveis...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a fala do senhor Francisco.

O SR. FRANCISCO FONSECA - É importante que todos nós aqui tenhamos consciência do quanto o Estado precisa de recolhimento, mas eu acho que o principal, é saber que aquela época foram demitidos 2.400, quase 2.500 trabalhadores, muitos deles com idade superior a 42 anos, com escolaridade ainda muito baixa, e isso acabou gerando um problema social, problema econômico e que agora se pretende corrigir de alguma forma.

Eu sou a favor da recontratação dos vigilantes para as escolas, sou a favor de que seja feito um projeto com a reformulação, inclusive com a participação de professores de alunos e acadêmicos e de gestores, e hoje têm vários formados no Estado de Rondônia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a sua fala, Francisco.

O SR. FRANCISCO FONSECA - Só queria concluir deixando aqui a todos os vigilantes, a todos os presentes os meus agradecimentos por esta oportunidade; agradecer ao Deputado Jair pela luta, e ao Deputado Anderson pela luta com que eles têm travado em favor da sociedade rondoniense. Obrigado a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra o Dr. Ernandes Segismundo, Advogado do Sindicato dos Vigilantes, até cinco minutos.

O SR. ERNANDES SEGISMUNDO - Boa tarde a todos. Companheiros e companheiras aqui presentes, deputados que organizaram esta Sessão, todas as autoridades aqui presentes, trabalhadores. Eu estava me perguntando aqui o seguinte, senhor Presidente da Sessão: para que é que serve uma Audiência Pública? Em tese, serve para o Parlamento chamar a sociedade para discutir a solução de algum problema público que envolve o interesse público. Esse caso que foi chamado aqui para discussão hoje, foi objeto de um acórdão, de um pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no processo nº 3442/13, na categoria de Fiscalização de Atos, Contratos. Esse processo foi instaurado para apurar irregularidades na época do Governo Confúcio, 2012/2013, o Secretário de Educação era o Emerson Castro, quando tiraram os vigilantes das escolas e colocaram aquelas câmeras de vigilância. Então, o assunto era apuração de possíveis irregularidades na substituição de postos convencionais de vigilância por sistema de monitoramento eletrônico nas escolas da rede estadual de ensino.

E peço *venia* aqui para os senhores, para eu ler a conclusão aqui, o item 01 do acórdão, que diz o seguinte:

"considerar ilegais os atos apurados na fiscalização de atos e contratos relativos à substituição de postos de vigilância por monitoramento eletrônico, com utilização de recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAF, repassado às escolas estaduais de responsabilidade da senhora Isabel de Fátima Luz e Marionete Sana Assunção, Secretária e Secretária Adjunta da Educação, e ainda Emerson Silva Castro, ex-secretário de Educação". E mais embaixo, no item 06, eu faço assim, um questionamento ao eminente Secretário Estadual de Educação aqui presente, sobre o item 06, eu quero ler este dispositivo, mas eu quero fazer uma pergunta, Deputado Anderson, para o eminente Secretário, se ele conhece essa decisão e quais foram as providências que a Seduc tomou a respeito desta determinação?

Então, o item 06 do referido acórdão: "Determinar ao atual Secretário de Estado da Educação, dentro do prazo de 120 dias efetue estudos acerca da viabilidade econômica e técnica, acerca da implantação da vigilância nas escolas estaduais, comprovando por ocasião da apresentação da prestação de contas deste exercício 2018, cuja competência para apreciação será do relator das referidas contas".

Então, senhor Presidente, o fato é que aquela decisão administrativa do Governo Confúcio Moura de substituir a vigilância armada física por câmera de segurança não funcionou, nem aqui nem em Manaus, nem onde foi feita essa modificação. Por quê? Porque aumentou muito o prejuízo material para o Estado. Então foi uma economia de nada. E, aqui, nós temos que verificar o seguinte, já foi falado que a vigilância é patrimonial. No entanto, quando você tem um vigilante armado na escola, ele espanta maus elementos, como se falava na minha infância. Então, não é só o problema do material, patrimonial, é também a droga que está nas escolas. Aqui em Porto Velho, a maioria das

escolas que tem muro alto, não tem grade, porque a grade facilita o mercado ilícito. Então eu acho que é fundamental a gente reavaliar essa questão junto com ele.

Eu faço a pergunta aqui para Secretário, e o retorno imediato dessa vigilância física, porque está demonstrado que não funcionou essa vigilância. O Diretor de Escola também tentou fazer isso, mas o Tribunal de Contas vetou. Vetou por quê? Porque não funcionou, senhores. A cidade de São Francisco nos Estados Unidos que é um país superdesenvolvido, desenvolveu um sistema de identificação facial. Saiu isso na imprensa há uma semana. Eles colocaram vigilância em toda cidade e faziam, procuravam pessoas que estavam sendo procuradas pela Justiça, etc. Investigava, na rua tem aquele programa de computador que a firma, tinha uma pessoa, já manda aquela imagem para uma Central identificar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Dr. Ernandes, conclua.

O SR. ERNANDES SEGISMUNDO - E o Parlamento lá determinou a proibição disso. Por quê? Porque descobriram que era passivo de erros. Então, se o sistema não funciona por ser passivo de erros tem que ser substituído. Muito obrigado.

SR. JAIR MONTES (Presidente) - Dr. Segismundo, o Secretário anotou aqui e na hora da fala ele vai lhe responder, com certeza. O Secretário é bem antenado.

Com a palavra, a senhora Rosa Negra, Secretária de Gêneros e Etnias do Sintero, por até 5 minutos.

Agradecer aqui a todos que têm cumprido com o horário, assim nós vamos poder avançar bem, para não sair daqui meia-noite.

SRA. ROSA NEGRA - Boa tarde a todas, e os homens sintam-se cumprimentados. Quero saudar a Mesa em nome do Deputado Anderson; e todas as minhas companheiras da Educação, em nome da Professora Lionilda Simão, sintam-se saudadas.

Discutir segurança nas escolas é louvável a ideia, mas nós estamos um pouco na contramão da história, nós estamos vivendo uma conjuntura adversa. Muito se foi falado aqui sobre nossos alunos adictos, usuários, que muitas vezes estão invadindo as escolas. Mas quando nós discutimos vícios, nós precisamos nos lembrar da segurança pública, da política de segurança pública de Estado. Nós estamos vivendo uma conjuntura onde se congela os repasses da Educação por 20 anos. Não tem como melhorar a Educação. Quando se congela serviços prioritários, como repasse para Educação, para Segurança Pública e Saúde nós estamos precarizando o Estado. E é isso que está acontecendo em Rondônia.

As discussões, nós não somos contra a vigilância privada, não! Nós somos contra ao Estado fazer esse papel de contratar a vigilância privada quando o Estado poderia abrir concurso e formar seus trabalhadores. Nós somos contra, muito se foi falado aqui do dinheiro do Estado indo para o ralo. Quanto custa uma vigilância privada, um vigilante para o Estado? É só uma pergunta, quanto ele custa? Quanto custa um trabalhador da Educação? São

perguntas, nós precisamos avaliar. Não somos contra a contratação, acho que de todos têm que trabalhar e também fazer concurso. Abre-se concurso público, vamos todos fazer concurso público, não é verdade? Nós temos segurança no concurso.

Então, o que nós precisamos é de uma segurança pública de Estado com qualidade, implementar, dar condições para nossa Polícia trabalhar. Então, se o Estado não valoriza a Educação nós estamos fadados ao fracasso. Se os nossos meninos e meninas estão drogados nas ruas, o Estado está falhando. Quando nós temos uma Educação precarizada, nós temos alunos também precários dentro desse espaço.

A Escola Eloísa Bentes foi saqueada 23 vezes. Eu sou funcionária de lá. E por último colocaram fogo na escola, levaram todas as câmeras de vigilância que tinha na escola, 24 ares-condicionados. Quando nós fomos para escola, quando nós fomos para a Seduc dizer a situação da escola, que precisava de que o Governo colocasse realmente proteção na escola, nós ouvimos a seguinte fala: "é melhor repor os 24 ares-condicionados, os 12 computadores que foram roubados, os 10 notebooks, as câmeras todas do que colocar alguém lá dentro trabalhando", nós ouvimos essa fala.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a sua fala.

A SRA. ROSA NEGRA - Então, nós precisamos entender o que é política pública de Estado e ela realmente ser implementada no Estado de Rondônia, para nós não estarmos aqui novamente discutindo as escolas depredadas do Estado. E não são só as escolas, porque dentro daquela escola estão os trabalhadores em educação e estão também nossos alunos,

o entorno da escola é totalmente vulnerável. E aí, senhores, nós precisamos realmente discutir segurança pública no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu vou seguir aqui com duas pautas de Segurança Pública. São duas pessoas diretamente ligadas à Segurança Pública que fazem a Segurança Pública deste Estado. Vamos ouvir agora aqui ao Ilustríssimo Doutor Cícero Cavalcante, Delegado do 8º DP, nos relatar como é que está a questão de ocorrências, o que o senhor tem com a sua experiência e vivência para nos passar.

O SR. CÍCERO CAVALCANTE - Boa tarde a todos. Então, eu sou policial desde 2005, e quando havia vigilância nas escolas, o número de furtos e roubos nas escolas eram duas ocorrências por mês, com relação a cada zona de delegacia. Após a retirada dos vigilantes esse número aumentou significativamente, de 02 de para 15 ocorrências. Então, antes existiam duas ocorrências por mês e após a retirada dos vigilantes essas ocorrências passaram de 10 a 15 ocorrências por mês envolvendo furtos nas escolas. A presença do vigilante inibe não só o furto no período noturno, quando não tem ninguém na escola e também durante o dia e até durante a noite, quando eles estão trabalhando.

Então, assim, a Polícia Civil é de pleno acordo com a contratação dos vigilantes nos moldes legais. Com relação ao professor que foi citado, do veículo que foi queimado, essa ocorrência tramita na 8ª Delegacia de Polícia. Ela já está em fase de conclusão, a pessoa que colocou fogo no veículo é um aluno, ele já foi identificado e a gente está só aguardando o trâmite do inquérito para encaminhar para o Ministério Público.

O SR. JAIR MONTES (Presidente)- Obrigado, Dr. Cícero. Com a palavra a Capitã PM Michelly, que esteve aqui pela manhã e agora retornando de novo, a Capitã PM Michelly da Silva Mendes, representando o Comando Geral da Polícia Militar.

A SRA. MICHELLY DA SILVA MENDES - Boa tarde a todos. Primeiramente cumprimentar a Mesa, Excelentíssimo Deputado Jair Montes e cumprimentar também aqui a todos. Primeiramente eu vou falar da Constituição Federal, artigo 144, que fala que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Então, esta Audiência Pública aqui é para segurança pública, responsabilidade de todos aqui, todos aqui temos que falar de segurança pública.

Então, parabenizar aqui os proponentes por esta Audiência Pública, que estamos falando sobre segurança pública, responsabilidade de todos, responsabilidade minha, responsabilidade dos professores, responsabilidade dos diretores, dos alunos. Cadê os pais que têm que estarem presentes aqui? O Conselho Tutelar também.

Então, falando mais sobre a questão da segurança pública, existe uma diferença muito grande entre o trabalho da Polícia Militar e o trabalho da escola. Vou falar um pouquinho do trabalho da Polícia Militar, é o policiamento ostensivo, é o policiamento preventivo no entorno da escola. Nós só adentramos a escola quando o Diretor precisa e ele solicita a Polícia Militar. Eu já trabalhei em escola e como mestranda em Educação, Políticas Públicas, falo que eu só entro numa sala quando um professor autoriza minha entrada, senão eu não entro.

O que eu posso propor? Propor que façamos um Conselho, um conselho comunitário, um conselho de segurança que fale sobre a questão da segurança pública nas escolas, fale sobre políticas públicas, políticas educacionais para a gente prevenir. Vamos trabalhar com a prevenção. E chamar a todos, chamar o Conselho Tutelar, chamar a Unir, chamar o IFRO, chamar os diretores de escolas, os deputados todos para participarem desse conselho. A Polícia Militar hoje, como um todo, trabalha com planejamento operacional referente à segurança nas escolas.

Então, posso informar a todos que existe um planejamento de policiamento na área do 1º, na área do 5º em que esses batalhões fazem um policiamento comunitário, um policiamento de aproximação. Eu posso dizer que da Escola Osvaldo Piana, São Sebastião, Major Guapindaia, a Polícia Militar juntamente com os diretores dessas escolas fazem um trabalho de prevenção, fazem palestras sobre atos infracionais, sobre *bullying* e também ressalto aqui o trabalho do Proerd que vem falando sobre a questão da droga. Vamos trazer esses atores sociais para falar sobre segurança pública.

E já para terminar, finalizo que eu estou anotando algumas escolas como Paulo Leal, que a Cooperativa AMUR informou, algumas escolas e levar ao Comando da Corporação a essas escolas que estão com problemas críticos nisso. E agradeço a todos e dizer que a Polícia Militar tem trabalhado, hoje existe um planejamento tático que está levantando essas informações, puxando esses dados, fazendo esse diagnóstico para trabalhar a questão da segurança pública. Agradeço a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu vou, enquanto o Edmilso Dourado vem fazer a fala, o Deputado Anderson pediu um aparte.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Então, pessoal, o objetivo principal desta Audiência, eu sei que o tema é muito abrangente, falar de segurança nas escolas, falar de segurança pública. É uma discussão bem acalorada, mas o objetivo principal desta Audiência, que foi a preocupação minha e do Deputado Jair Montes, são medidas emergenciais. Em nenhum momento, em nenhuma fala minha, nem na Comissão de Segurança eu disse que a vigilância dentro das escolas resolveria a segurança pública dentro das escolas, que eu sei que não resolve.

Segurança pública é um conjunto e nós sabemos que o Sintero falou sobre concurso, eu também defendo que tem que ter não só na área da Educação, mas a Polícia Civil mesmo não tem mais efetivo, acabou. A Polícia Civil está sucateada. A Polícia Militar não é diferente, pela quantidade populacional de Rondônia. Se fizer um cálculo você vai ver que não é proporcional, mas qual o objetivo principal? O planejamento que o Governo está fazendo e quais as medidas emergenciais e daqui um pouco o nosso Secretário de Educação vai falar, que é o gestor principal da pasta das escolas do Estado. O que não pode é continuar o que está acontecendo, a gente, deputado, tendo que mandar Emenda para comprar o que foi roubado.

A gente precisa de medidas emergenciais e a minha opinião é que com o retorno dos vigilantes, o fortalecimento da Patrulha Escolar, a atuação de prevenção da Polícia Civil com a investigação, a gente vai inibir, porque a gente vai começar a punir quem está lá fazendo

vandalismo, quem está roubando, quem está saqueando, quem está ferindo nossos filhos que estão dentro da escola. Então, o que nós precisamos hoje é sair daqui com medidas emergenciais. Vai resolver? Não. São paliativos. Mas vai resolver momentaneamente para que o Governo tenha tempo de fazer uma gestão com mais longo prazo e assim todos nós termos a segurança pública que a gente merece e que a Constituição estabelece. Como bem disse a Capitã, segurança pública é para todos, é dever do Estado e é dever de cada um e é dever também dos vigilantes que fazem parte da empresa que é regulamentada, inclusive, pela Polícia Federal.

Então, essa é a minha fala que eu queria fazer com relação a esse debate, as medidas emergenciais, que nós precisamos adotar como Estado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Parabéns Deputado Anderson. Com a palavra Edimilso Dorado, por 3 minutos, pediu 2, vamos dar 3.

O SR. EDIMILSO DORADO - Olá, boa tarde a todos. Eu vou ser bem breve, Deputado Jair, só tirar uma dúvida aqui com a Professora Rosa Negra. Em seu nome, Deputado Jair Montes, cumprimento toda a Mesa; em nome do meu amigo, o nobre Paulo Tico, cumprimento a todos os amigos vigilantes aí presentes; em nome do meu amigo jornalista eu cumprimento todos os jornalistas aqui da Assembleia Legislativa.

Então assim, trabalhei na empresa Rocha Segurança por 8 anos como fiscal; trabalhei 7 anos na Escola Eloísa Bentes. Passava lá, olha só, 7 anos trabalhando numa empresa de segurança, nunca houve um índice de furto de

roubo na escola. Saíram as empresas de segurança das escolas estaduais, 23 furtos. Será se os seguranças não faziam a segurança do patrimônio público? Olha só a diferença, é uma diferença grande. Valorização, vocês precisam da valorização de vocês como professores. Hoje, não trabalho mais na vigilância, mas sim defendendo a causa porque foi de lá que eu saí, foi do berço. Então hoje, eu sei que vocês querem concurso público, valorização sim, mas precisamos também fortalecer a fomentação dos pais de famílias que estão desempregados, os pais de famílias. São 2.500 pais de famílias que hoje têm muitos aqui que não podem estar nesta Audiência Pública aqui porque estão trabalhando, estão trabalhando...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a palavra do Sr. Edimilso.

O SR. EDIMILSO DORADO - Eu sei, calma, é só um debate, gente! Só para vocês verem a importância do vigilante na segurança. Trabalho também, eu sou Promotor de Evento hoje, eu sou Vice-Presidente do Arraial Flor de Cacto, lá passa quase 150 mil famílias. Então a gente tem uma segurança, tem os nossos bombeiros civis, trabalho bem próximo ali da Escola Capitão Cláudio, onde aconteceram vários furtos até mesmo de aluno ser preso lá, com a arma...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a palavra do Edimilso.

O SR. EDIMILSO DORADO - Aí, vocês professores, vocês não querem a segurança, mas vocês correm grande risco também, isso é muito difícil para vocês. Então é só isso

gente, aqui nós estamos para defender os pais de famílias, fomentar renda, crescer o nosso Estado, crescer o nosso município.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua sua fala.

O SR. EDIMILSO DORADO - Pois é, Deputado Jair, é só isso mesmo, está bom, gente? Muito obrigado pela oportunidade, era só essa dúvida.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra, a senhora Judith dos Santos, representando o Conselho Municipal de Educação.

Pessoal, vamos garantir a palavra, pessoal vamos garantir a palavra, aqui somos todos racionais, educados, não é isso? Vamos garantir a palavra da Professora Judith.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS - Boa tarde a todos. Primeiramente falo aqui, estou aqui neste ato representando o Conselho Municipal de Educação, mas falo como Conselheira sim, do Conselho Municipal, como Sindicalista na Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sintero, como Professora da rede estadual de ensino e da rede municipal de ensino, também como mãe de aluno da escola pública, assim como quase todos vocês que estão aqui, tenho certeza, são a maioria que foi convocada, que foi chamado ou convidado para esta Audiência, trabalhadores em vigilância, também pais e mães de famílias e eu sei que o maior interesse de vocês aqui, é sim, e não reprovo, é sim o desejo e a busca pelos postos de trabalho de vocês, não é isso?

Quero cumprimentar na pessoa da Professora Lionilda, todos os trabalhadores em educação presentes; na pessoa do Paulo Tico, Presidente do Sindicato dos Vigilantes, cumprimentar todos os vigilantes presentes e na pessoa da Glaucia Negreiros, cumprimentar todos os outros aqui presentes, inclusive a Mesa.

Eu gostaria de começar também dizendo que houve falha na divulgação desta Audiência Pública, porque não houve divulgação desta Audiência. Aqui estão, como falei, pais e mães, e eu sou uma, mas esta Audiência não foi divulgada para os demais profissionais em educação e também para quem compõe a comunidade escolar, os pais, os alunos, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Tribunal de Contas. Porque uma Audiência Pública não envolve só o meu interesse enquanto particular, mas ela envolve o interesse enquanto interesse público de todos os agentes, certo? Quando nas falas anteriores a minha, falavam em concurso público, minhas colegas falavam, e aqui a gente não está num embate entre trabalhadores em educação e trabalhadores em vigilância, e quando a gente fala em concurso público, a gente está defendendo o direito de vocês de não serem explorados por uma empresa que, por exemplo, custa para o Estado R\$ 6 mil e para vocês, enquanto trabalhadores na ponta, que fazem a vigilância, que também correm risco; recebem no máximo R\$ 2 mil e muitas vezes até salários atrasados.

Nós queremos garantir aqui que vocês tenham postos de trabalho e garantia de direito trabalhista, onde não é por conta de briga política que vocês vão perder o emprego de vocês e no contrato de trabalho terceirizado, é isso que acontece. Então, nós enquanto Sindicato, nós não somos contra os vigilantes, nós não somos contra vigilância na escola e essa discussão tem que ser mais ampla do que isso

aqui. Parabéns, ela pode partir daqui, mas quando foram aquelas demissões? Foram em 2012 ou 2013, e olha quando estamos fazendo uma Audiência. Quanta coisa poderia ter mudado e melhorado em 06, 07 anos? Quantas propostas poderiam ter surgido e a maioria de vocês já estarem nos seus postos de trabalho. Então, eu acho que o mais importante aqui, é essa garantia de que vocês não serão usados novamente por um lado da questão política e mais tarde, mudando esse viés, essa conjuntura, vocês estejam novamente na rua.

Quando ao concurso público, a gente não está pensando em concurso público, a gente não está pedindo concurso público para nós. Nós estamos falando que a solução para que a escola tenha vigilantes é que o Governo do Estado busque parceria com o Sindicato dos Vigilantes, em parceria com o Sindicato da Educação e parceria com comunidades em discussão de verdade com quem interessa essa segurança, que é a todos, a gente encontre uma solução, por exemplo, incluir lá na carreira da Segurança Pública, os vigilantes que possam ser lotados lá nos postos de trabalho das escolas. Aí vocês jamais serão demitidos da forma que foram.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a fala, professora.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS - Nós não somos contra o contrato de vigilante não. Outra coisa, a segurança dentro da escola não garante para mim enquanto professora, para o meu filho, enquanto aluno que sai da escola, ele vai ter essa segurança lá dentro, mas isso vai além, a gente

precisa ter segurança no entorno, como disse a policial ali, eu esqueci o nome dela.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Capitã Michelly.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS - Como disse a Capitã, vai além, a gente não tem segurança nas nossas casas, a gente não tem segurança quando está indo numa praça, a gente não tem segurança no caminho do trabalho para casa. Então, não estamos num embate, professor e vigilante, a gente precisa trabalhar é unido, pensar uma solução. Eu sei que o momento agora de vocês, é a promessa de um emprego imediato, de um trabalho agora, porque eu sei que todo mundo precisa comer hoje, não dá para esperar para comer a semana que vem não e a gente para comer precisa trabalhar e precisa do salário no final do mês.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a sua fala, professora.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS - Mesmo, mesmo que daqui saia esse encaminhamento de fazer contratos de empresas, contratos milionários e onde aponta que é o vigilante que vai lá para escola, que vai lá o posto de trabalho também não seja garantido, a gente precisa realmente fazer uma discussão tão séria de como resolver o problema da segurança pública para o público, que seja para todos nós. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Professora Judith, para o seu conhecimento, a Assembleia, através do nosso Requerimento, meu e do Deputado Anderson, todos os atores foram sim convidados, infelizmente não compareceram. O Ministério Público Estadual Dr. Airton, Dr. Osvaldo; Tribunal de Contas, Edilson e Valdivino; Tribunal de Justiça, Desembargador Walter Waltenberg; Tribunal de Justiça, Dr. Renato, e outros advogados, e, assim sucessivamente.

Vamos continuar. Com a palavra o Senhor Daniel da Silva, de três a cinco minutos, vamos ser breves. Nós já estamos chegando já quase na fala do Secretário, o qual, nós queremos ouvir muito qual o planejamento do Governo do Estado para essa questão.

O SR. DANIEL DA SILVA - Quero saudar a todos aí. Como Presidente da Comissão de Vigilantes, a gente conseguiu marcar aí nesta Casa, a outra Assembleia, uma Audiência Civil Pública aqui nesta Casa, para tratar da insegurança nos colégios. Eu vejo aqui muita gente falando que critica a vigilância e tudo, mas, ninguém trouxe uma solução até hoje. Há mais de seis anos aí que está essa situação nos colégios, ninguém trouxe a solução.

Nós estamos tentando amenizar aqui a situação da insegurança nos colégios, por quê? Ninguém pode falar aqui que o Governo pode oferecer 100% de segurança. Está longe de isso acontecer. Então, enquanto isso não acontece, as autoridades que têm aqui, tem que resolver o problema da insegurança nos colégios. Ninguém pode ficar discutindo "a" ou "b" aqui. Tem é que resolver, porque já está há mais seis anos os colégios sendo saqueados, e quando a pessoa fala aqui que o vigilante não defende pessoas, o vigilante

defende pessoas sim. O professor pode ser agredido, pode ser esfaqueado pelo próprio aluno que está ali dentro do colégio. Então, o vigilante protege o patrimônio e protege o aluno e protege o professor também.

Então, assim, hoje a gente acredita que isso aqui vai ser amenizado porque já está há mais de seis anos que os colégios estão sendo saqueados. Tem colégio aí que não tem aula até hoje, a instalação foi toda queimada. Tem conhecido meu que está sem estudar até hoje. Então, não adianta a gente aqui discutir, que o governo tem que dar 100% de segurança para a população, porque isso está longe de acontecer. Esse problema da insegurança nos colégios tem que ser resolvido, pelo menos para amenizar.

Então, as minhas palavras terminam assim porque, eu não vou falar muita aqui porque têm outras pessoas para falar. Então, não adianta discutir 100% de segurança, que isso está difícil de acontecer. Os deputados têm que debater aqui e resolver a segurança dos colégios.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra o senhor Elenilson Lobato, Conselheiro Tutelar do Município de Porto Velho.

O SR. ELENILSON LOBATO - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Anderson, já estive na nossa comunidade, cumprimento toda a Mesa, a comunidade, todos os presentes em nome do Deputado Jair Montes.

Bom pessoal, eu sou Conselheiro Tutelar, trabalho no 1º Conselho, infelizmente a gente não recebeu o convite, mesmo estando de férias. Eu estou aqui mesmo, porque eu fui quinze anos vigilantes, trabalhei na empresa que o seu

Francisco era gestor, pedi as contas para ir para o Conselho. Então, é importante estar presente numa Audiência dessas, todas as autoridades MP, Conselho Tutelar, alguns professores que estão aqui, algumas autoridades. Informar que nós tivemos algumas denúncias de algumas escolas, a gente foi até o local, eu e outra Conselheira, chegamos lá, o pai do aluno denunciou que estava doze dias sem aula. Inaceitável, não é? Mas por quê? Quando eu cheguei lá tinha documento encaminhado para o Secretário que está ali, e doze dias, não tinham resolvido o problema. O que era? Fiação, roubaram a fiação. Então, vão esperar doze dias, a Secretaria resolver o problema da fiação? Então, através dessa denúncia, muitos pais perguntam, "cadê os vigilantes? Cadê o vigilante para fazer a segurança ali", porque a escola está ali, eles levam tudo, câmera se leva. Então, precisa de pessoas profissionais para trabalhar, e o desemprego que ficou de lá para cá também.

Então, assim, no Flora do mesmo jeito, recebemos uma denúncia no Flora que levaram a fiação toda e também não estava tendo aula naquela localidade. Nós encaminhamos um documento para a Secretaria, a Secretária deve ter recebido, do Conselho Tutelar, e até agora, nós não tivemos respostas.

Então, é inaceitável aluno ficar sem estudar. Até o momento era duas semanas, não sei se já passou, por causa de fiação, porque não tem um vigilante. Eu tenho certeza se tivesse um vigilante ali, não tinham furtado, se furtasse seria mais difícil. Porque quando tiraram os vigilantes das escolas, o aumento de furto aumentou, o aumento de furto aumentou vocês podem ver o prejuízo que dá hoje para o Estado, desses profissionais, além de ficarem desempregados, eles também faziam uma boa segurança.

Então, assim, toda denúncia de escola, vai para o Conselho, a gente pode passar depois para as autoridades presentes, Deputado Anderson, Deputado Jair, nós temos todo esse levantamento de denúncia, de documento protocolado lá na Secretaria do Estado, desses furtos, e das denúncias também. Porque quando o aluno denuncia ou o pai, ele não fala o que é, e a gente vai atestar, chega lá é um roubo que aconteceu, aí tem que fechar a escola.

Então, acho que o Estado aqui, é um Estado rico e a gente fica muito triste, ficar duas semanas sem poder ter aula. Então, o Conselho Tutelar sempre age, ele faz a parte dele. Ele apenas requisita serviços, mas precisa das autoridades. Precisa da rede, precisa da Segurança Pública que está aqui. A Capitã representando a Polícia Militar, os deputados, então precisa de todo mundo. Que foi como a professora falou, a Segurança Pública começa das autoridades e vai até o pai do aluno. E falou também...

SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua sua fala.

O SR. ELENILSON LOBATO - E falou também, falou mais uma coisa também, a Audiência aqui foi feita para discutir segurança pública, vigilantes. Concurso público vem depois, quando for ter outra Audiência. Então vamos respeitar daqui para frente, o que passou, passou, e vamos tratar de vigilância, está certo?

SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra o senhor Agenor Fernandes de Souza, representando o Conselho Estadual de Educação. Estamos acabando, viu?

O SR. AGENOR FERNANDES DE SOUZA - Eu vou pedir permissão para me manter sentado. Boa tarde a todos. Em nome dos deputados proponentes desta Audiência Pública, eu cumprimento os demais Membros da Mesa. E dizer para os deputados proponentes e para todo o público presente, que é importante a nossa Educação estar presente nesta discussão tão importante para os nossos alunos.

O Conselho Estadual de Educação é um órgão normativo e deliberativo, que trabalha em realizações educacionais. Não compete legalmente ao Conselho intervir nestas ações, que eu considero como um ato administrativo do Governo do Estado. Essa questão administrativa é um ato que foi realizado, e que pode ser revisto. Mas quem vai ter que decidir se vai haver a revisão desse ato é o próprio Governo, analisando o impacto que causará na Folha de Pagamento, a importância dos prejuízos causados pela ausência dos vigilantes, e assim sucessivamente.

Eu vou propor, não sei se aqui nós temos, além da minha pessoa, tem também a Conselheira Julice e o ex-conselheiro, atual Secretário de Educação, o Professor Suamy. A Educação tem buscado soluções para o fomento e a qualidade da educação no País através do pacto, Pacto pela Educação, tem sido chamado o Regime de Colaboração. E, quem sabe, a Assembleia consiga propor o Regime de Colaboração para a Segurança Pública, não apenas para resolver o problema de um posto de trabalho dentro da escola. Eu creio que o Pacto pela Segurança Pública seja o caminho viável e legal. Isso, se não resolver, pelo menos amenizaria, com certeza, os problemas causados pela ausência dos vigilantes.

E eu não vejo os vigilantes ficarem fora dessa questão do pacto. Pode ser analisado e viabilizado que eles façam parte desse pacto cooperativo, no caso pacto de cooperação.

Então o Conselho não vai se manifestar favorável a "a" e nem a "b" porque nós não temos amparo legal para isso. Porém, a sugestão quem está dando sou eu, como Membro do Conselho. Eu espero que seja algo que possa contribuir para a solução desse problema causado com as demissões dos vigilantes e, principalmente, com os prejuízos causados às escolas do Estado de Rondônia e aos próprios cofres públicos no modo geral. É isso que eu tenho a dizer. E agradecer a todos pela presença.

SR. JAIR MONTES (Presidente) - Nós temos mais cinco que estão inscritos. Temos, então, a senhora Maria da Conceição, pelo prazo até de 03 a 05 minutos.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO - Boa tarde. Agradecer todo o pessoal aqui da Mesa, a todos os convidados, a maioria aqui. Tem alguém lá do município onde eu morava; aqui tem meu irmão, minha irmã, meu filho que é vigilante.

Eu sou esposa de militar a 31 anos, e venho falar aqui. As companheiras falaram ali de política pública, segurança pública, eu acho que é para outra ocasião. Agora, o Governo já fez isso com o Policial Militar. A maioria das pessoas pensa que policial militar se aposenta. Não se aposentam eles vão para Reserva. O que é a Reserva? A Reserva, o meu marido hoje tem 54 anos, o Governo do Estado ele já chamou as pessoas, uma tarefa, no caso meu marido que está na Reserva voltar a trabalhar, fazer segurança nas escolas, em outro órgão público. Mas digo para vocês que não é a solução. Por quê? O meu marido, com 54 anos, ele não vai, não vai ter o mesmo fôlego que tem um vigilante

com 34 anos, gente. E outra, vai sair mais barato para o Governo? Sim. Mas vai tomar a vaga de uma pessoa que está precisando. O meu marido não. É concursado, já está na Reserva, já tem o emprego dele. Então ele vai permanecer, no caso, ele vai ganhar, acho que 20%, não é Capitã? É 20% que o Governo propõe para quem está na Reserva voltar para Força-Tarefa? 20%, não é? Então vai dar o quê? Três mil e pouco, o meu marido vai ganhar a mais do que ele já ganha, que hoje meu marido é policial militar, já passou para o quadro Federal, então ganha bem mais.

Então eu vou tirar a vaga de um pai de família que tem 34 anos, 38 anos para colocar o meu marido de 54, já ganhando o suficiente para sustentar minha família? Não posso! Tenho que ser justa! Vamos ter sim uma, que nem a Capitã falou, a Educação, a Segurança a Saúde é um dever do Governo do Estado. Só que hoje não está se tratando disso. Nós estamos tratando de segurança emergencial, no caso a vigilância de empresa privada, não é funcionário público. Também pode estar havendo igual foi falado aqui, pode sim haver um convênio mais para frente e se demorou tanto tempo aí 07 ou 06 anos, que nem falaram, mas graças a Deus houve dois agora que apareceram agora e, de imediato, entraram e estão nesta luta de emergência, gente.

Aqui não é o caso de discutir o que as colegas falaram agora pouco não, é emergencial! Emergencial! O caso que nós estamos falando aqui é para agora! E demorou 07 anos por que não teve nenhum deputado que tivesse a força e a coragem para ir de imediato a favor desses pais de família. É isso. Então há que se discutir muito sobre segurança pública sim, mas este não é o dia de se discutir segurança pública não. Hoje é o dia de discutir sobre a segurança emergencial nas escolas, nas escolas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua, dona Maria.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO - Eu digo isso porque sou esposa de militar e estou aqui para defender e agradecer a todos, inclusive aos dois nobres deputados que tiveram a coragem e demorou-se esse tempo porque na havia eles dois. Meu muito obrigado e agradeço a presença de todos, meus amigos gestores ali, minha irmã vigilante, meu irmão e todos vocês e a Capitã aqui, que é com muito orgulho que faço parte desta família. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Dona Maria, o seu esposo de 54 anos agradece. Está aposentado já. Com a palavra para encerrar aqui os nossos amigos da plateia o Padre Juquinha, Paróquia São João Bosco, Comissão Justiça e Paz, Pastoral Carcerária Arquidiocese de Porto Velho. Padre, até cinco minutos.

O SR. PADRE JUQUINHA - Boa tarde para todos e todas e na pessoa aqui do Dr. Hélio, um grande amigo, a gente saúda a todos. E a nossa palavra aqui é breve. A Nossa Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho, precisa ressaltar aqui dois trechos muito importantes. Há necessidade Educação, pois sem Educação nós não chegamos a lugar nenhum, conforme falava muito bem o Paulo Freire: ninguém educa ninguém, a gente educa coletivamente. Então, é com a comunidade, é com o povo junto que nós educamos.

E, diante disto, eu gostaria de trazer uma proposta aqui, com um trabalho que nós iniciamos na zona leste há mais de 10 anos. Tem o Cláudio ali que faz parte desse trabalho lá, é a restaurar novamente os conselhos comunitários de Segurança Pública, conforme a Capitã aqui

já ressaltou. Pois através do Conselho é que nós vamos realmente encaminhar esses problemas. Porque a segurança não é só coisa da Polícia. A Polícia é membro e faz parte, mas a comunidade tem que ter também o seu envolvimento.

Então, para isso, nós da Comissão Justiça e Paz, desde quando nós fomos convidados a ir lá à zona leste, na Escola Jorge Teixeira, onde já relatou aqui mais de 20 assaltos, nós já tivemos lá várias reuniões, inclusive, semana passada lá na escola e agora, dia 13 de junho nós vamos fazer Audiência Pública lá para debater justamente esse tema, a segurança pública nas escolas na zona leste e aqui também a gente ressaltava essa necessidade.

Para a gente criar políticas públicas para resolver o problema da Educação, pois sem políticas públicas não vai chegar a lugar nenhum, conforme já tinha dito. Porque sem a Educação nós vamos chegar onde? Nós chegar aos presídios, eu falo que moro mais no presídio do que igreja, porque trabalho com a população carcerária. E se a gente fosse hoje ao presídio, conforme amanhã, se Deus quiser, nós vamos estar lá no Ênio Pinheiro, celebrando lá com os companheiros lá. A gente vê por que a pessoa está lá, porque não tem oportunidade.

Então nós temos que combater. Não é ter mais Polícia, mas, como fala o pessoal, é através de envolver a comunidade e as pessoas, é combater as desigualdades sociais, é isso que nós tínhamos que fazer. É dar oportunidade das pessoas terem trabalho, de ter uma casa, de ter educação, ter condições de cuidar da sua família, aí sim nós vamos ter uma sociedade justa, uma sociedade fraterna.

Então, a nossa proposta aqui é justamente nós, já reiniciamos esse trabalho dos conselhos comunitários, o

CONSEG 16 da zona leste. Ele já está restaurado novamente, se eu saio, não vou ficar na Audiência Pública, porque agora, às 19 horas, nós temos uma reunião lá no 13, onde semana retrasada teve uma morte lá, a Comissão de Justiça e Paz com o Conselho vai estar fazendo uma reunião com a comunidade, porque lá também todo dia está tendo assalto, está tendo roubo, está tendo morte.

Então a nossa função é essa de debater com a comunidade, com o Conselho junto e a Campanha da Fraternidade 2006 da Igreja Católica falou da necessidade, o tema foi Segurança Pública. E aqui, quando nós ainda trabalhávamos, igual àquela época, nós tivemos um grande debate com a Dra. Angelina, que fazia parte do Comando, com várias formações, nós organizamos a Polícia Comunitária, que é também um apoio que a gente não pode abrir mão da presença da Polícia Comunitária que está lá não para punir, mas para ouvir as comunidades. E aqui nós gostaríamos fazer justiça com o grande policial Vilela que muito ajudou a zona leste. Quando o Conselho lá estava ativado, tinham roubos, mas não eram tantos que tinham, porque a comunidade estava presente, as igrejas estavam envolvidas, não só a Igreja Católica, mas as Igrejas Evangélicas. Era um trabalho comunitário.

Então, nós esperamos que através desta Audiência aqui, que a gente possa tirar esse encaminhamento de a gente restaurar novamente os conselhos de segurança pública como o primeiro momento para encaminhar os problemas da segurança do nosso Estado e as outras coisas a gente vai pensando aí depois.

O que eu ressalto aqui é a importância dos conselhos comunitários que soubesse investir em políticas públicas, para que assim a segurança seja uma prioridade, conforme foi muito bem falado pela Capitã, que é um direito do

cidadão, mas também tem que ter o seu envolvimento. E como é que uma pessoa se envolve? através do Conselho, através...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua, Padre Juquinha.

O SR. PADRE JUQUINHA - Desde já o nosso muito obrigado e parabenizo aqui os Deputados Anderson e Jair Montes por esta iniciativa e aquilo que precisar da Igreja, da Comissão Justiça e Paz e da Pastoral Carcerária, estamos às ordens. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Padre, também pelo seu envolvimento. É muito importante a Igreja se envolver também nessas questões de segurança.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - Sesdec.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Vou pedir licença para os deputados para ficar aqui mesmo. Padre Juquinha querido, é um prazer falar contigo, um grande parceiro de trabalho na Delegacia de Assuntos Penitenciários. Cumprimento aqui a Mesa, cumprimento os Deputados pelo trabalho que têm feito, Deputado Jair Montes, Deputado Anderson; cumprimento meu querido amigo Suamy, Secretário da Educação que faz um grande trabalho, eu tenho acompanhado; querida amiga Capitã Michelly, na pessoa de quem eu cumprimento todos os policiais militares, tem feito um trabalho maravilhoso, sou

prova disso. Meu querido amigo aqui, Cícero, Delegado do 8º DP, cumprimento toda Polícia Civil; Delegado Tadeu que está aqui também presente; na pessoa da Lionilda Simão, Presidente do Sintero, cumprimento todos os profissionais da educação; também na pessoa do Paulo Tico, cumprimento todos os vigilantes e familiares e todas as pessoas que estão aqui se sintam cumprimentadas.

Eu gostaria de dizer que o foco aqui me parece que é a segurança nas escolas e, claro, aqui é o lugar, na Casa do Povo há de se discutir pensamentos diferentes, divergências. E é bom isso, é tão bom porque cada um tem uma ideia, cada um traz e essas ideias juntas formam a possibilidade da melhoria.

Penso que o Direito Penal, a Polícia é o último recurso e o problema que todo mundo, hoje, parece que tudo se volta para a Polícia. Mas a minha irmã é professora e por isso eu amo, Rosa, eu amo educação. Minha irmã é professora há mais de 23 anos e esse tempo todo em escola pública. Eu estudei em escola pública toda minha vida, por que eu comecei em escola pública e terminei na Unir minha faculdade de Direito e terminei meu terceiro ano no Orlando Freire, maravilhoso, escola maravilhosa. Na época não se falava nessas coisas, porque quando eu cometia algum tipo de coisa errada na escola, chamavam a minha mãe, minha mãe falava assim: "se o diretor me chamar na escola, você vai chegar em casa, você vai levar uma peia e ficar de castigo". Eu já não era, na época, eu hoje sou magro, na época, vocês imaginam como que era a situação. Então, eu tinha medo e me comportava bem.

Minha irmã falou que há tempos, há pouco tempo, o aluno cometia algum tipo de coisa errada na escola, chamava a mãe e o pai e a mãe e o pai iam e defendiam o aluno.

Agora, ela chama e ninguém vai e ninguém sabe quem são os pais e quando vão, agridem aos professores e tudo isso.

Então, nós vimos que a sociedade está com problema, aí a família tem que ser chamada, e os grupos organizados têm que ser chamados, a Igreja tem que ser chamada, mas evidentemente que a Segurança Pública não pode ser esquecida. Mas eu digo, a Segurança Pública está fazendo a sua parte. E a Secretaria de Educação está fazendo a sua parte porque nós estamos trabalhando em parceria, como o Professor Suamy vai dizer, desde o começo desse Governo. Lembrando, nós estamos há pouco tempo, chegamos há pouco tempo e a gente não pode solucionar algo que vem sendo problema há vários anos. Nós estamos com a batata, evidentemente, ela está quente, está queimando e nós temos que agir. É verdade. Mas nós recebemos agora essa batata e não vamos deixá-la esfriar.

Quero parabenizar o Professor Suamy porque desde o começo ele me chamou lá, chamou a Sesdec, chamou a Polícia Civil, a Polícia Militar para fazer o trabalho que tem feito e tem procurado fazer o melhor possível. A Sesdec está à disposição de todos para servir, é o meu papel. E agradeço aos deputados, agradeço por esta oportunidade de poder falar. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Parabéns, Secretário. O senhor tem um jeitão de Padre também, parece até o Padre Juquinha, até falando tranquilo, parabéns.

Nós deixamos aqui os dois atores o Presidente do Sindicato dos Vigilantes, senhor Paulo Tico, que agora vai fazer uso da palavra e por último o nosso Secretário Professor Suamy. O Professor Suamy também está estreando na vida pública, não é, professor? Principalmente Secretário

de Estado, não é? Sempre foi de sala de aula, sempre esteve envolvido na Educação, direção de escola, agora está diretamente.

Então, a gente vai ouvir aqui o Presidente do Sindicato, o senhor Paulo Tico e logo em seguida o nosso Secretário de Estado da Educação, o Secretário Sr. Suamy Vivecananda. Oh, nome difícil! Vivecananda Lacerda de Abreu.

O SR. PAULO TICO - Boa tarde a todos. Eu queria em nome dos Deputados Anderson e Jair Montes, agradecer a presença de todos. É bom a gente falar por último, deputado, porque nós já ficamos contemplados na maioria das falas que já foi falado aqui por todos que fizeram o uso da palavra.

Eu acho que eu vou ter só 5 minutos, não é, Deputado Jair? O senhor sabe que eu falo pouco, não é? Meu tempo é 5 minutos? Você não falou o tempo, é só 5 minutos?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Também 5 minutos, tem que ser rápido.

O SR. PAULO TICO - Então está, então vamos correr aqui.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Está perdendo tempo já.

O SR. PAULO TICO - Gente, essa questão nós já vínhamos debatendo, nós fomos massacrados lá em 2012 com a retirada dos trabalhadores da vigilância nas escolas do Estado.

Então, não tem como explicar tudo aqui, eu vou passar alguns pontos que eu acho que a gente vai sair daqui, com certeza, com um pensamento positivo para resolver, existe um problema e esse problema tem que ser resolvido. Eu acho que nós temos que esquecer quem fez essa coisa ruim para Rondônia, para os trabalhadores, para os pais, para os alunos, para todos e daqui para frente, com esse novo Governo que aí está, nós chegamos a uma conclusão positiva. Se nós pegarmos lá o que foi que aconteceu lá em 2012? Vamos tirar os vigilantes porque o custo é muito alto e eu quero dar aumento para os professores. A Professora Lionilda falou ou alguém falou agora a pouco, vocês observaram o aumento no contracheque dos professores? Não. A Professora Lionilda falou uma coisa muito importante aqui, é a questão do monopólio. Foi um ato político, uma briga política que deixou os colégios vulneráveis e sendo todos os dias saqueados, furtados. E, agora, que nem a Professora Lionilda falou, esse professor que foi vítima agora, está com uns 15 dias na Escola Flora Calheiros, tocaram fogo no carro dele, ameaçaram ele, o Professor Carlos e, por incrível que pareça, o próximo carro a pegar fogo seria o da minha esposa que é Professora lá, exatamente há 22 anos no Flora Calheiros.

Então gente, falei, não tem como a gente falar tudo aqui, mas, eu já estive sentado com o Secretário Suamy, Valéria, não é isso, Valéria? A Valéria que é Técnica da Secretaria de Educação, nós estivemos conversando também, passei algumas informações para ela de como se resolveria esse problema. É importante esse debate porque o Diretor do Sintero vem defendendo que tenha concurso público,

parabéns! Eu acho que a gente tem que pensar, eu como Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia nós vamos defender a volta dos Vigilantes, mas eu acho que antes de qualquer coisa nós temos que pensar o seguinte, é do ser humano, que nem o Deputado Jair falou, é nos pais, é nos professores e é nos alunos, depois vem emprego para os trabalhadores.

Agora, nós não podemos aqui, existem várias discussões, é agente de portaria? É o policial que está na Reserva? Aí sim, aí eu vou defender. Nós trabalhadores da segurança privada, muita gente não sabe o que nós passamos, o que nós temos que fazer para nos qualificar para guardar o patrimônio de terceiro. Muita gente não sabe! Existe a Lei nº 7.102 que regulamenta o serviço de vigilância do Brasil, que nós temos que estar qualificado para fazer isso. Então, pessoal, a gente está aqui para debater e chegar num encaminhamento. Se nós colocarmos hoje, qual é o período que existe maior índice de criminalidade noturno ou sábado, domingo ou feriado diurno. Se nós pegarmos hoje a Lei 13.467 da Reforma Trabalhista, por si só, ela já tirou vários direitos dos trabalhadores. Automaticamente o valor de um contrato de um posto 24 horas, diminuiu mais 30%.

Então, hoje Secretário, se nós fizermos, nós que eu digo, vocês, e nós estamos à disposição para contribuir no que for necessário. Então, têm várias maneiras de resolver esse problema. Primeiro, colocar o vigilante noturno, sábado, domingo e feriado, já resolve 99,9% o problema dos furtos, desse saqueamento que está havendo nas escolas do Estado. Outra questão, que nem o colega falou agora a pouco da formação de segurança privada. Eu acho que é muito importante a participação dele neste momento, não que os técnicos da Seduc não tenham essa qualificação. Mas para

fazer esse estudo, para chegar num denominador comum, que é pagar menos e resolver a questão da segurança das escolas.

Então, como o tempo é curto, eu só quero dizer para o Secretário, para os deputados que propuseram esta Audiência Pública, que nós vamos estar à disposição, deputados e Secretário, para colaborar no que for necessário para gente fazer um encaminhamento que seja uma solução desse problema que está acontecendo, dessa realidade que está hoje, que é o saqueamento nas escolas do Estado de Rondônia, gente. Muito obrigado, boa tarde.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra, então, o senhor Suamy, pelo tempo que achar necessário, Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU - Boa tarde às senhoras e aos senhores. Gostaria de cumprimentar Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes; Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponentes desta Audiência Pública; também cumprimentar a Capitã Michelly, que representa o Comando da Polícia Militar; senhor Agenor Fernandes e a Senhora Judith dos Santos, que representam o Conselho Estadual e o Municipal; o senhor Paulo Tico e o senhor Francisco Fonseca, que representam os Sindicatos dos Vigilantes, o Sindicato das Empresas de Segurança; o senhor Joelson Chaves de Queiroz e a senhora Lionilda, que representam os Sindicatos de Profissionais da Educação.

Senhores, segurança é um tema que tem nos desafiado enquanto sociedade, não apenas a de Rondônia, mas à sociedade brasileira. E esse problema já vem arrastando-se há algum tempo e à proporção que as liberdades individuais

foram acontecendo e o sucateamento e a redução do Estado brasileiro foi mudando, é óbvio que as coisas mudaram e não foram para melhor, realmente as coisas as coisas complicaram-se.

Cumpre-nos assumir em um momento de pico da crise econômica nacional, o que nos impulsiona, o que nos empurra para um sério tratado social e a sociedade brasileira e a de Rondônia não foi diferente, levou, nos impulsionou, nos conduziu para essa situação. E há que se compreender que no caso do Estado de Rondônia, no que concerne à cidade de Porto Velho, onde reside o maior problema de segurança, nós temos que contabilizar pré-hidrelétricas, pré-usinas e pós-usinas, quando a calamidade tomou conta realmente de toda situação.

Então, assim, neste momento, voltando a salientar que não é apenas em Rondônia que temos problemas com segurança nas escolas. Não é à toa que Estados, como o Estado de Goiás, já vai para um número grande demais de escolas militares para tentar contornar o problema. O tempo é que vai provar se eles estão certos ou errados.

Neste momento e aí eu quero me reportar a pergunta que me foi feita a respeito da situação, dos indicativos do Tribunal de Contas, do acórdão 0958101. Nesse instante, o Estado está com a comissão instalada para efetuar estudos, acerca da viabilidade econômica e técnica referente à implantação da vigilância nas escolas estaduais, o Dr. Hélio já disse isso aqui. Então, Polícia Militar, Polícia Civil, todo o aparelho de segurança, a Secretaria de Estado, SEPOG, todos nós estamos imbuídos desse propósito neste momento, que já tinha respondido aos deputados interessados.

Ainda, não concluimos o trabalho, por quê? Uma senhora falou aqui a pouco que quando tange para contratar o policial militar para ampliar o trabalho das Patrulhas Escolares, retiramos um trabalhador já da Reserva e retiramos o trabalho de um posto de trabalho.

Entretanto, nem para o azul nem para o rosa, gostaria de informar que dentro do orçamento do Estado, pelo menos o que foi deixado, isso nós temos que cuidar e já informei os deputados a respeito disso, não existe previsibilidade orçamentária para a segurança privada, nenhum tipo de segurança que não seja eletrônica, e nós estamos estudando essa viabilidade agora, mesmo que mínima. Há que se salientar neste momento também, a não existência de concurso público para vigilantes nas escolas, na carreira de professores. Mas também saliento que com aposentadorias no número de duzentas só este ano, de professores, e a transposição de professores para os quadros do Território Federal, do Governo Federal, da União, nós já temos um buraco muito grande de professores e a prioridade, confesso aos senhores, por mais que não seja do agrado de muita gente, a prioridade é a contratação imediata e a reposição por meio de concurso desses profissionais. Porque senão a vigilância poderia ficar na porta, mas não ter professores. Isso não seria interessante, não existe a educação. Temos que ter os profissionais da Educação no lugar, aí, depois nós vamos discutir as outras coisas.

Quanto à vigilância privada, até para discutirmos, isso já foi falado aqui também hoje. Esses dias, eu transferi um dos pontos que eu tinha para o Colégio Ulysses Guimarães, onde está um grande problema, não é? Assalto, violência, fogo e tudo mais. E a empresa simplesmente diz: "calma aí, é muito perigoso". Uai! Quer ir para onde? Até que me prove o contrário, pelo que foi dito aqui, segurança

é tal, tal... E o que me foi dito foi, lá na minha sala chegou essa informação, "vai ter que reavaliar o preço porque para ir para esse lugar". Olha, senhores, confesso que não trabalhamos assim. E mais, R\$ 17 mil de um ponto de segurança e o professor ganhando um pouco mais de R\$ 4 mil, tem alguma coisa errada no cálculo, não é? Eu não gosto, e aqui, eu já estou sabendo que são mil duzentos e oitenta reais, o salário de um segurança tem alguma coisa errada no cálculo. Porque os últimos cálculos que nós temos, os últimos contratos foram exorbitantes.

Então, há que se recalcular alguma coisa, até porque se o Estado continuar com esse tipo de proposta, se não nos chegar à mão nenhuma proposta da razoável, lamento, mas não vai acontecer. Porque eu não posso pagar R\$ 1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais) para um trabalhador e a empresa dele está recebendo por ele R\$ 17 mil. Tem alguma coisa errada no cálculo, não é? Então, é o que temos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu creio que esse valor, Secretário, R\$ 1.280,00, eu creio que não existe esse valor, tem alguma coisa equivocada na informação.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Uai! É o que me colocaram, não é? Então, assim, penso, penso... Inspetor? Não, nós não temos especificamente inspetor escolar.

Vejam bem, eu só posso contratar alguém que está nos quadros da Educação. Eu preciso que exista no Quadro da Educação para que eu possa pensar.

Continuando, eu gostaria de informar aos senhores que os estudos de hoje, e aí e a questão é imediata,

especificamente para a cidade de Porto Velho, já estamos dobrando as Patrulhas Escolares com novos ou com o da ativa, ainda não sei por que essa é uma questão da Sesdec, mas na zona leste de Porto Velho, por meio do 5º Batalhão de Polícia Militar, o Major Glauber já apertou a segurança na frente das escolas e principalmente no turno segundo, onde o maior grau de violência agredir escolas como Ulisses Guimarães e isso já foi, em tese, contornado. O que vai acontecer amanhã é outra história. Agora, hoje é assim, a Polícia Civil por meio da Delegacia de Atos Infracionais, a Delegada se predispôs a lançar também quatro duplas de policiais e já iniciou o trabalho. Então, neste momento, imediatamente, a ronda das patrulhas vai apertar, não é?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a fala do Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU - Bom, Uai! Eu estou acabando de dizer que nos últimos dias, a não ser que alguém force à barra para que o furto aconteça na marra, nos últimos dias o Major Glauber apertou Ulisses Guimarães, Flora Calheiros, todas elas e, a coisa está melhor. Agora, o que eu posso fazer, eu não posso...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a fala do Secretário. Vamos garantir a fala do Secretário. Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU - Senhores, eu não gostaria de dizer aos senhores, eu não possuo regras hoje, lei, a não ser uma proposta de estudos determinada pelo Tribunal de Contas para que nós possamos fazer os

estudos e fazer os encaminhamentos. Por enquanto, eu estou com a lei debaixo do braço, fazendo a sequência dela. Os deputados procuraram respostas para o acórdão e nós estamos em cumprimento disso.

Os deputados nos questionaram e vamos... Bom, mas já começou a querer me agredir. Eu já não posso mais, deputado. Aí, com agressão, não vinga.

O SR. ANDERSON PEREIRA - O que acontece, pessoal? Este estudo foi feito pelo Governo que saiu só que esse estudo precisa ser atualizado. E outra coisa, o Secretário disse aqui, não foi colocado na previsão orçamentária, vai ter que ser feio. Então, além de atualizar o estudo tem que incluir na previsão orçamentária. A LDO vai chegar até junho já está aqui Casa, e a gente vai estar atento nisso aí.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU - Ao mais, a segurança nas escolas...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a fala do Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU - Ao mais, a segurança nas escolas, e não parte apenas de alguém lá na porta, e que alguns inclusive já perderam até a arma. Alguns, para vergonha de muita gente, até perderam a arma do bandido, não é? Nós não estamos falando de policiais, estamos falando de vigilantes. Quando falarmos de

policiais, nós estamos tratando da situação dos vigilantes, especificamente.

Então assim, com referência a isso, vamos continuar os estudos no tempo estipulado pela Assembleia, vamos mexer com o orçamento do Estado, vamos fortalecer a Patrulha Escolar, que é o que podemos fazer com as regras que possuímos. E torcer para que a crise nacional possa ser debelada para que possamos ter melhores dias.

Gostaria de dizer aos senhores que, com certeza, a prioridade é o aluno, mas para ele ser aluno é preciso que existam professores. E, neste exato momento, o maior quadro em defasagem para contratação via concurso público é dos professores do Estado, e nós já estamos providenciando isso. Os estudos vão apontar outros caminhos se o orçamento do Estado e a proposta voltar apontar para esse rumo como o rumo número 01, com certeza o faremos.

Gosto da proposta de sábados, feriados e noturno. Entretanto, não posso de forma nenhuma dizer aqui, que vou fazer de pronto bate isso, apenas para ganhar palmas de plateia. Não, a minha função não é essa. Lei debaixo do braço, os deputados estão aqui, se houver... E mais, a lei dos funcionários públicos da Educação está sendo estudada. Não sei, até porque nós não temos respaldo para gastar recursos do FUNDEB com segurança de escolas. Não sei o que pode acontecer, porque nós não vamos conseguir. Temos que convencer o planejamento do Estado a fortalecer algumas outras fontes de recursos financeiros para que a coisa possa acontecer. Mas com os recursos do Fundo que sustenta a Educação é humanamente, hoje, legalmente impossível de fazer isso. Tanto é que nós temos hoje Secretários aí para trás, que já que cuidaram mal dessa coisa, eles fizeram contratos errados, que já estão respondendo processos e com devolução de recursos grandes, para fazer. E eu não quero

me incluir, não quero entrar nessa lista. Se Deus ajudar, eu não vou entrar nessa lista de quem vai devolver dinheiro futuro.

Mas assim, vamos encontrar uma saída, com certeza. Todas as forças, inclusive a Assembleia, não pensem os senhores que os deputados não estão indo lá. Estão indo lá conosco, procurando. O Tico já falou que foi lá, mostrou caminhos e, nós estamos abertos. Agora, de imediato, eu não posso assinar nada que vá agredir a lei, e hoje nós não temos leis favoráveis.

Então, foi por isso que eu disse que eu estarei cumprindo a lei, sempre, pelo menos vou me esforçar para isso. Se lá na frente os estudos, a Assembleia Legislativa em conjunto com o Governo encontrar uma saída plausível, terão nosso apoio. Eu não tenho nenhum centavo para esse negócio aí.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Secretário só uma pergunta que eu sei vai ser a pergunta de todos. Em relação à atualização desse estudo, e a previsão orçamentária a gente sabe que tem que buscar, mas em relação ao estudo, tem algum prazo, alguma previsão?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU - Nós, antes que feche o nosso PPA, nós teremos uma resposta com certeza, não é? Mas agora, a resposta ainda é precária, foi isso que eu respondi. Eu não poderei dar uma resposta que ainda não saiu, não tem nenhuma conclusão, não é? Tem a determinação que deve ser estudada, mas assim, e também não defendo corporativismo nem governista e nem privado. Não posso fazer nada que não esteja no escopo legal.

Entendo que os senhores deverão continuar e nós também, se os estudos forem favoráveis, o faremos na medida do possível e nos termos da lei.

O Sr. JAIR MONTES (Presidente) - Secretário a gente vai acompanhar de perto essas questões. A gente vai esperar chegar o PPA, chegar o orçamento nesta Casa e aquilo que a gente falou, a gente realizou a Audiência Pública, ouvimos todos os atores, o Sindicato aqui, o Sintero que é a favor do concurso público; nós temos aqui os vigilantes pedindo o retorno nas escolas, surgiu aqui outra proposta muito boa: feriados, noturno, domingo, domingo e feriados, não é? Final de semanas e feriados e noturno, então, Secretário, está em suas mãos.

A gente tem que pensar hoje no ser humano, na pessoa que está hoje, tanto professor quanto aluno, claro que patrimônio é muito importante. Mas hoje tudo o que nós passamos, infelizmente vivemos em um País, vivemos em um Estado hoje, não por culpa da Polícia, Secretário, não por culpa dos policiais, mas também está defasado como foi falado aqui. Defasado a PM - Polícia Militar, nós temos hoje quase 7 mil homens, defasado em quase 7 mil homens da Corporação, a Polícia Civil não foge muito disso. Nós falamos aqui no feminicídio, mas não temos Delegacia da Mulher 24 horas, são fechadas as Delegacias, não tem a quem recorrer. Então é assim, vivemos num caos total.

Nós temos que buscar esse caminho, professores, na questão do Sintero, nós deputados, vocês que estão gerindo, eu até fico pensando assim: o Coronel Marcos Rocha tem muita coragem, a senhora falou aqui que tem o esposo com 54 anos e está aposentado, o Coronel Marcos Rocha também poderia estar aposentado, resolveu ser Governador do

Estado. É uma situação complicada, vai ter que gerir hoje esse recurso de maneira correta. Daqui a pouco eu sei que o Sintero vai estar aqui também cobrando a valorização dos professores, não é isso?

Então esse é o papel da Casa Legislativa, esse é o nosso papel. Estamos aqui. Eu sou aquilo que eu falo, estou aqui por quatro anos, vocês são servidores públicos, têm a vida toda. Eu não, só estou durante 4 anos. Se amanhã a população achar que não deve mais votar em mim e eu não receber outra oportunidade, acabou para mim a política. Vocês são servidores públicos e vão continuar assim. Então a escola é do aluno, é do servidor público e nós temos que pensar com carinho.

Fora do microfone: Já que o Secretário faz a previsão orçamentária, porque o Governo não faz a sua própria planilha e contrata vigilante emergencial, contratado pelo próprio Governo para tirar o atravessador?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - É a questão orçamentária. Nós vamos estar perto do Secretário, da equipe técnica e a questão é do Secretário...

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente, proponente aqui também Deputado Jair Montes, uma sugestão de encaminhamento foi na fala da Capitã Michelly. Eu peguei a fala da Capitã Michelly, e ela falou no sentido de criar um Conselho. Nesse caso específico, como se trata de uma medida que seria emergencial, porque a gente sabe que política pública de Educação, são políticas de médio e longo prazo na maioria das vezes. Nesse caso específico, que se trata do

que já está ocorrendo nas escolas, qual seria a minha sugestão de encaminhamento: a gente criaria, como fruto dessa Audiência, uma Comissão de acompanhamento pelo Sindicato, pelos interessados, pelo Conselho, aqueles que querem fazer parte para estarem acompanhando esse processo e estar vendo o que está acontecendo, o que está sendo feito para aconteça da melhor forma e mais transparente possível, não é? Inclusive, o Secretário falou de valores, R\$ 17 mil pagos a uma empresa por um vigilante, não bate, uma matemática que não bate. É um absurdo! Então, isso aí é um absurdo, isso aí não tem nem como concordar com uma questão dessas, mas seria uma sugestão.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

No mais, muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 17 horas e 57 minutos)

(Sem revisão dos oradores)